

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Escola Municipal Alcina de Almeida
Três Rios RJ
Ano 2023

IDENTIFICAÇÃO

NOME: ESCOLA MUNICIPAL ALCINA DE ALMEIDA

CÓDIGO DA ESCOLA: 33018669

MANTENEDORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS

SITUAÇÃO DE FUNCIONAMENTO: Em atividade

CURSO: 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

ENDEREÇO: Rua Alcina de Almeida, 120 - Bairro: Boa União – Tel.: (24) 3512.2982

TRÊS RIOS/RJ - CEP: 25.809-220 – E-mail: conceicaomelomaria@gmail.com

CGC: 01.971.855/0001-22

DECRETO DE CRIAÇÃO: nº 5846 de 17/11/2017

DIRETORA: MARIA CONCEIÇÃO SANTOS MELO

SUMÁRIO

1 – Introdução.....	4
2 – Justificativa.....	5
3 – Perfil do Município.....	6
4 – Foto do Patrono.....	7
5 – Histórico e Contexto Escolar.....	8
6 – Fluxograma.....	10
7 – Gestão Democrática.....	10
8 – Diagnostico da realidade.....	11
9 – Metas	12
10 – Fundamentação teórica.....	12
11 – Objetivos.....	14
12 – Concepções que norteiam o PPP.....	17
13 – Princípios e Valores que norteiam o PPP.....	18
14 – Estrutura e Organização da Escola.....	18
15 – Matrícula.....	20
16 – Transferência.....	22
17 – Organização disciplinar.....	22
18 – Proposta Curricular BNCC.....	22
19 – Competências Gerais da BNCC.....	24
20 – Atividades de Planejamento.....	25
21 – Avaliação escolar.....	25
22 – Frequência.....	27
23 – Atendimento Educacional Especializado.....	28
24 – Conselho Escolar.....	28
25 – Grêmio Estudantil.....	29
26 – Anexos.....	31

1 - Introdução

“A importância do projeto político-pedagógico está no fato de que ele passa a ser uma direção, um rumo para as ações da escola. É uma ação intencional que deve ser definida coletivamente, com conseqüente compromisso coletivo.” Betini (2008, p. X) Geraldo Antônio, in: A Construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola.

Segundo Vasconcellos (2002), projeto político-pedagógico é “a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar”. Considerando os pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, o presente documento se constitui como um importante documento para a construção da identidade da presente instituição educacional, onde se apresenta como uma proposta teórico-metodológica para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática e pedagógica da escola nesse processo de transformação.

Em se tratando da função social da Educação e no simbolismo formativo que a mesma representa para a sociedade, compreendemos que a educação tem um papel de extrema importância no desenvolvimento dos seres humanos, baseada no desenvolvimento integral das pessoas numa filosofia marxista, no enfoque construtivista e na importância do contexto social e das relações estabelecidas, a fim de se efetivar a formação do aprendiz na cidadania e para a cidadania.

Mesmo sendo um pré-requisito normativo, o Projeto Político Pedagógico de uma instituição escolar é antes de tudo um instrumento ideológico, político, que norteia a gestão dos resultados de aprendizagem, através da projeção, da organização, e acompanhamento de todo o universo escolar.

Nessa instância problematizadora, Betini (2008) define que...

(...) o projeto político-pedagógico mostra a visão macro do que a instituição escola pretende ou idealiza fazer, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas, como às funções administrativas.

Portanto, o projeto político-pedagógico faz parte do planejamento e da gestão escolar. A questão principal do planejamento é então, expressar a capacidade de se transferir o planejado para a ação. Assim sendo, compete ao projeto político-pedagógico a “operacionalização do planejamento escolar, em um movimento constante de reflexão-ação- reflexão.” (2008, p.38).

A articulação entre o projeto político-pedagógico, o acompanhamento das ações, a avaliação e utilização dos resultados, com a participação e envolvimento das pessoas, o coletivo da escola, pode levá-la a ser eficiente e eficaz. Daí a notória ênfase dada pelos mecanismos legais à escola democrática. Conforme Veiga o PPP “É também um instrumento que identifica a escola como uma instituição social, voltada para a educação, portanto, com objetivos específicos para esse fim.” (p. 13, 2002). Ao construirmos nosso Projeto Político-Pedagógico levamos em conta a realidade que circunda a Escola e as famílias de nossos alunos, pois, certamente, a realidade social dos alunos afeta a sua vida escolar, e os dados levantados devem contribuir para orientar todo o organismo escolar para os fins de tratar tais indícios com a devida relevância, transformando-os em currículo, objeto de planejamento e potencial de aprendizagem.

2. JUSTIFICATIVA

A Escola, por muito tempo, foi responsável por transmitir ao aluno o conhecimento adquirido pela humanidade por meio de aulas, em sua maioria, expositivas, onde o professor era o detentor do saber e os alunos receptores de informações. Entretanto, a sociedade sofreu várias mudanças que fizeram com que as escolas buscassem adequar-se a essas mudanças, que vão desde as estruturas prediais, até a reformulação de conteúdos e métodos de ensino.

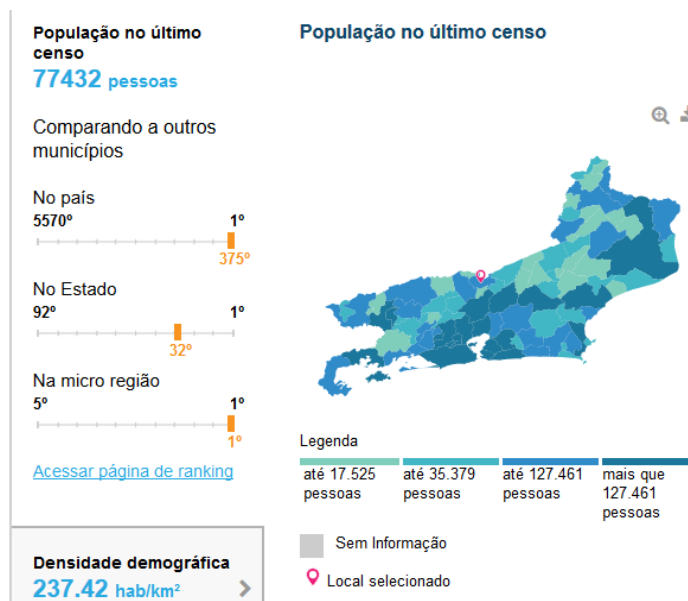
Faz-se necessário que os profissionais da Educação busquem deixar em seus alunos, não apenas inúmeros conteúdos conceituais, mas, e especialmente, valores que perpassem suas vidas acadêmicas e profissionais. Valores que façam com que se tornem cidadãos capazes de reescrever suas próprias histórias, e que assim reescrevam um futuro melhor para todos os que os cercam. Um futuro onde a solidariedade, o companheirismo, a ética e o respeito ao outro sejam tão naturais que não precisem mais ser alvo de projetos escolares.

O ser humano tem o direito à sua introdução no mundo social, científico e cultural, e a principal porta para esta inserção é a escola. É nela que é desenvolvido o espírito observador e crítico dos indivíduos, mas esse desenvolvimento só é possível se todas as potencialidades e singularidades forem observadas e respeitadas. Não há como haver respeito às diferenças, se o fazer pedagógico de uma instituição for único e imutável.

Os conteúdos conceituais devem ser trabalhados de forma a desenvolver as potencialidades e a despertar competências que são primordiais para o desenvolvimento amplo do indivíduo e, por acreditar que apenas por meio de um fazer pedagógico que respeite as singularidades e enalteça o valor do indivíduo como ser único e ao mesmo tempo social, faz-se necessário que os alunos sejam desenvolvidos num projeto que busque adequar o cotidiano escolar à realidade da comunidade e, obviamente, atenda aos seus interesses, o que justifica este projeto.

3 - Perfil do Município

Segundo dados do IBGE temos o infográfico abaixo:



O atual Município de Três Rios era primitivamente denominado Paraíba Nova. Sabe-se que em 1597, Martim Corrêa de Sá, filho de Salvador de Sá, passou pela região, utilizando o itinerário marítimo-terrestre, via Parati, para alcançar as "Minas Novas" ou "Minas Gerais", o que em parte, presume-se, contribuiu para seu desbravamento. Foi, entretanto nos primeiros decênios do Século XVIII, segundo crônica da época, que Pedro Dias Paes Leme, continuando a obra de seu pai, Garcia Paes Leme, fez construir, dedicada a Nossa Senhora do Monte Serrat, uma capela em terras do atual Distrito de Afonso Arinos. Mais tarde, ali se instalaria o destacamento efetivo do "Registro", com a missão de impedir o contrabando de ouro e diamante e de arrecadar os direitos reais da "Passagem". Enquanto essa região era colonizada, outra surgia em consequência da fundação, pelo legendário capitão Tira-Morros, José Antônio Barbosa, de uma fazenda, a que deu o nome de Bemposta. Em decorrência de sua posição no itinerário da "Estrada Real", que ligava o Rio a Minas, novo núcleo populacional ali se formou. Uma capela foi erguida, tendo São Sebastião de Entre Rios como Padroeiro. Até antes de 1858, o território do atual Distrito constituía apenas uma colônia dependente da Fazenda de Cantagalo, de propriedade de Antônio Barroso Pereira, 1.º Barão de Entre Rios. Por essa época, seguindo com a estrada de rodagem Petrópolis-Juiz de Fora, Mariano Procópio adquiriu, do referido barão, 81.840 braças quadradas de terras, construindo a grande e suntuosa Estação de Entre Rios, que mais tarde acolheu a comitiva imperial, quando da inauguração, em 18 de março de 1858,

do trecho nas terras do Município, da famosa União e Indústria. Foi a partir da instalação dessa parada, com os melhoramentos introduzidos pela companhia concessionária da rodovia e com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1867, que Entre Rios passou a desenvolver-se com o surgimento de ricas fazendas onde o elemento negro escravizado fazia a fortuna de seus proprietários. Entretanto, é interessante notar-se que, apesar de todo o progresso observado na localidade de Entre Rios, apenas em 1890 foi esta elevada à categoria de Distrito, quando Bemposta (com o nome de Nossa Senhora da Conceição Bemposta) e Nossa Senhora de Monte Serrat (atual Afonso Arinos), receberam em 1855 e 1884, respectivamente, predicativos de paróquias ou freguesias e, portanto, de Distritos. As condições de desenvolvimento propiciaram a emancipação, que ocorreu em 1938, recebendo o Município a denominação de Entre Rios, modificado em 1943 para Três Rios. Pelo decreto-lei nº 1056, de 31-12-1938, o município de Entre Rios passou a denomina-se Três Rios. Sob o mesmo decreto-lei estadual nº 1056, de 31-12-1943, o município de Três Rios adquiriu o distrito de Afonso Arinos e ainda sob o mesmo decreto o distrito de Monte Serrat, foi extinto, sendo seu território anexado ao distrito de Afonso Arinos. Em divisão territorial datada de I-VII-1950, o município é constituído de 4 distritos: Três Rios, Afonso Arinos, Areal, Bemposta. Pela lei nº 2382, de 18-01-1955, é criado o distrito de Serraria e anexado ao município de Três Rios. Em divisão territorial datada de I-VII-1955, o município é constituído de 5 distritos: Três Rios, Afonso Arinos, Areal, Bemposta e Serraria. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Pelo decreto estadual n.º 99, de 30-01-1963, o distrito de Serraria passou a denominar-se Comendador Levy Gasparian. Em divisão territorial datada de 31-XII-1968, o município é constituído de 5 distritos: Três Rios, Afonso Arinos, Areal, Bemposta e Comendador Levy Gasparian. Pela lei estadual nº 1923, de 23-12-1991, desmembra do município de Três Rios os distritos de Comendador Levy Gasparian e Afonso Arinos, para formar o novo município de Comendador Levy Gasparian. Lei Estadual nº 1986, de 10 de abril de 1992, desmembra de Três Rios, o distrito de Areal, elevado a categoria de município. Em "Síntese" de 31-XII-1994, o município é constituído de 2 distritos: Três Rios e Bemposta. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

4 – Foto da Patrona:



5- Histórico e Contexto Escolar

A Escola Municipal Professora Milcah de Sousa está localizada no Município de Três Rios, bairro Boa União, no estado do Rio de Janeiro que oferecia ensino do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Foi fundada no dia 12/03/1944 em terras doadas por um fazendeiro chamado Carlos de Almeida Júnior, antigo dono das terras da Fazenda da Boa União. Para homenagear sua mãe, a escola recebeu o nome de Alcina de Almeida, na época. O primeiro prédio contava apenas com uma sala de aula e sessenta e oito crianças, filhos de colonos e adjacências.

Recentemente, em 2014, a escola recebeu o atual nome – Milcah de Sousa - em homenagem à sua antiga diretora, por sua dedicação em prol da escola e da comunidade.

No ano de 2017 através do Decreto nº 5846 de 17/11/2017 a SME reorganizou as modalidades e retornou o nome anterior da unidade de ensino, E.M. Alcina de Almeida, que muda de endereço, situada atualmente à Rua Alcina de Almeida, 120, CEP 25809250 no bairro Boa União na cidade de Três Rios, com CNPJ 01971855/0001-22 e código do INEP 33018699 e passa a partir de então a ofertar apenas o segundo segmento do Ensino Fundamental regular e Educação de Jovens e Adultos.

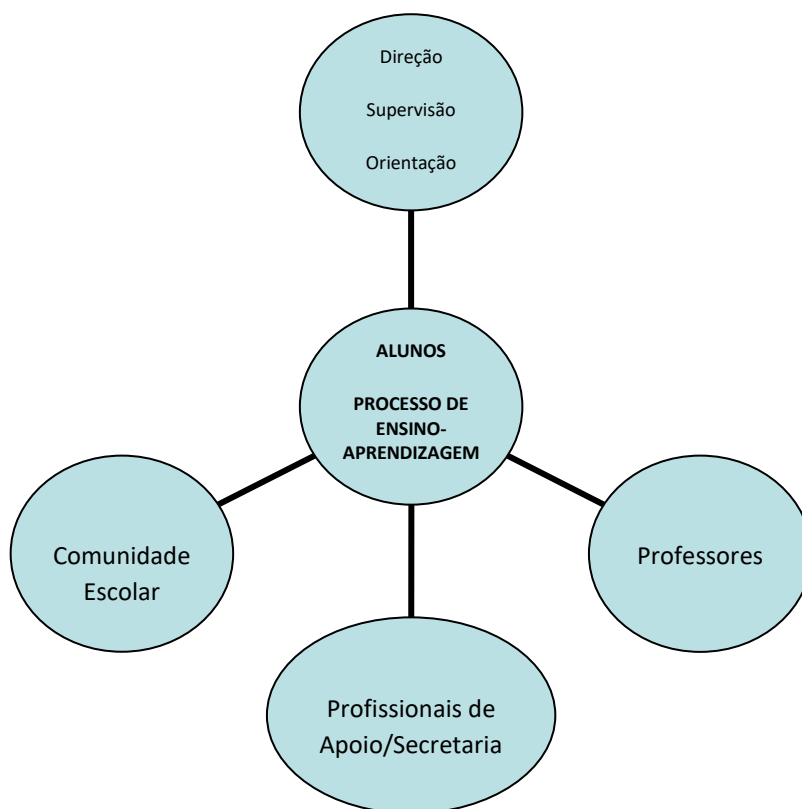
Atualmente a escola tem o seguinte quantitativo: 320 alunos do Ensino Fundamental, 25 professores e 09 funcionários de apoio.

A dimensão física atual dessa instituição é: 6 salas de aula, 1 secretaria, Sala de direção, Sala de professores, Refeitório, Cozinha, Depósito de merenda, 4 banheiros para alunos e 2 banheiros para funcionários.

Quanto ao quadro funcional, temos o seguinte panorama:

Diretora	Maria Conceição Santos Melo
Orientadora Pedagógica	Cristiane Aparecida Narcizo Ramos
Supervisora Educacional	Maria Andrade Rodrigues
Secretária	Fernanda Martello Amaral
Auxiliar de Secretaria	Ceres Maria Rodrigues Elmir Vieira Penido
Profissionais de Apoio	Alcilene Cardoso da Silva Andréa Cristina da Paz José Henrique Rabello Gonçalves Marinalva Soares de Jesus da Rocha Wanda Pinheiro da Silva
Professores – 2º segmento do Ensino Fundamental	
Alessandra Ramos Henrique	Língua Portuguesa
Ana Lúcia da Silva Stephan	Geografia
Antônio Ronaldo Alves	Geografia
Cláudia Lima Corrêa de Carvalho	Ciências
Cláudia Regina Salgado de Oliveira Hansen	História
Deize Maria de Castro Polisseni Cotta	Ensino Religioso
Gislaine da Silva de Souza	Geografia
Heloísa Helena Silva Gomes	Matemática
Humberto Gomes Gonçalves	Língua Portuguesa
Jadir Antônio Matioli	Educação Física
Júlio Sezar Lang Doria	História
Kivia Almeida	Artes
Luiz Alberto Barbosa	Matemática
Marcello Meyer Machado	Educação Física
Márcia Cristina Campos Loureiro	Ensino Religioso
Marco Aurélio Castilho de França	Matemática
Maria Aparecida Loth Machado	Matemática
Milena Leal da Silva	Ciências
Mônica Helena Rossini	História
Roberta Alexandre Leal Costa	Ciências
Rosângela Carneiro Maia da Silva	Inglês
Rosângela Carneiro Maia da Silva	Língua Portuguesa
Sandra Cristina Santos Aguiar	Língua Portuguesa
Simone A. Soares Bernardes Magiole	Artes
Simone Adelina Pacheco	Língua Portuguesa
Valéria Estevam Henrique	Matemática

Fluxograma Organizacional da Escola



6 - Gestão Democrática

Gestão Democrática significa dar direção ao processo de organização e funcionamento da escola, comprometida com a formação do indivíduo. Um dos objetivos do processo de gestão é o de transformação. Para que isso ocorra, a escola deve oportunizar condições para o aprendizado, para que as convicções se construam através do diálogo e respeito e as práticas se efetivem coletivamente.

A escola deve ser o ambiente em que pais e professores promovam a educação, assim como toda a comunidade deve participar, criando condições e buscando recursos para que os pais e professores possam desempenhar sua missão. Somente desta forma a escola deixará de ser um meio de perpetuar os vícios da sociedade para tornar-se um local acolhedor em que os alunos e profissionais se reúnam entre si a fim de tomarem consciência e decisões mais esclarecidas sobre suas vidas, a partir de aprendizagens significativas.

A escola deve ser assumida como espaço de inclusão, de aprendizagens e de socialização, pedagogias diferenciadas, progressão continuadas, avaliação por competências, flexibilidade do currículo e da trajetória escolar. A promoção da melhoria do ensino brasileiro e a sua evolução estão provocando uma mudança de paradigmas em relação à administração escolar, passando a denominar-se gestão escolar. A educação escolar tem como desafios, compromissos e tendências, a formação do cidadão para o exercício da cidadania ativa, a inclusão social.

Neste sentido, e de acordo com o Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 em seu Art. 9º que afirma: *Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 02 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade*, o município de Três Rios aprova a Lei nº 4425 de 22 de setembro de 2017 que disciplina a Gestão Democrática para consulta pública para a Gestão Escolar.

Em 02 de janeiro de 2018, conforme Portaria nº 017/2018/GP, assumiu através de processo consultivo e com a maioria da aprovação da comunidade escolar a professora Maria Conceição Santos Melo com o objetivo de ampliar e fortalecer a gestão democrática na escola, promovendo ao aluno o acesso, a permanência e a qualidade de ensino, por meio do aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem, considerando a diversidade como princípio formativo e essencial para a integração das áreas do conhecimento, tendo em vista a formação integral do aluno em seu percurso formativo, com a participação efetiva das Entidades Democráticas nas decisões escolares e no estreitamento das relações entre comunidade e escola.

7- DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

A E. M. Alcina de Almeida possui alunos de uma realidade de nível socioeconômico baixo. A unidade escolar está localizada no bairro Boa União, bairro este relativamente distante do centro de nosso município e composto por uma população em sua maioria de baixa escolaridade. Os alunos são oriundos desta comunidade local, alguns vêm de outros bairros utilizando o transporte público para deslocamento. O perfil de nossos alunos é caracterizado por: violência, famílias desestruturadas, gravidez na adolescência entre outras mazelas. Alguns alunos estão desmotivados, outros não estão comprometidos com o estudo. Esta desmotivação e ausência de comprometimento, muitas vezes por problemas familiares ou mesmo ausência de rotina de estudos, conseqüentemente vem a afetar o seu desempenho escolar. Tentamos atendê-los sem distinção dos demais, mas quando há desrespeito às regras escolares, são tomadas providências respeitando o Regimento Escolar das Escolas Municipais de Três Rios. A Equipe Pedagógica procura sempre manter contato com os pais com objetivo de mantê-los informados sobre a vida escolar de seus filhos, seja na entrega de boletins, ou quando necessário através de telefonemas e comunicados, solicitando a presença dos mesmos na unidade escolar.

A unidade escolar, através da direção, Orientação Pedagógica e Corpo Docente, também estão preocupados com a aprendizagem e o rendimento dos alunos. A equipe pedagógica sempre questiona os professores, para juntos buscarem metodologias diferentes das que o professor usa em sala de aula, com vistas ao aprendizado dos alunos, pretendendo desta forma, garantir aos alunos um ensino diversificado que lhes permita serem capazes de enfrentar, com competência, as transformações da sociedade. Desta forma, a unidade escolar desenvolve projetos que proporcionam aos alunos experiências, para que possam construir seu próprio conhecimento, com o entendimento da realidade e sua vinculação em relação a ela, tornando-se empreendedores. A escola, ao educar os alunos como seres sociais inseridos numa comunidade, promove sua aceitação simultaneamente na compreensão e no compromisso de preservarem o meio ambiente e o desenvolvimento do ambiente escolar e social de modo saudável e produtivo, constituindo-se em uma possibilidade de construir e ampliar a visão de mundo desta comunidade, processo este em conformidade com o PPP atualizado da unidade.



8 - METAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO:

- Rever a organização das turmas levando em conta a faixa etária,
- Rever as regras internas de disciplina da escola, para melhorar a qualidade da educação oferecida aos alunos,
- Promover parceria para diminuir situações de indisciplina,
- Promover eventos em parceria para desenvolver as habilidades dos alunos,
- Monitorar por turmas, os alunos com baixo desempenho,
- Realizar avaliações dentro dos padrões da Prova Brasil,
- Organizar simulados semestrais para todas as turmas da escola;
- Realizar reuniões de planejamento com todos os setores da unidade,
- Realizar a eleição do Grêmio Estudantil.

9 - Fundamentação Teórica

A Escola tem como grande missão assegurar um ensino de qualidade, de inclusão, que garanta o acesso, permanência e sucesso do aluno na escola, promovendo uma aprendizagem significativa, que possa conduzi-los à construção do conhecimento de forma crítica e participativa, capazes de aprender e ensinar, tornando-se sujeitos autônomos, conscientes, democráticos, participativos, criativos e responsáveis, capazes de interagir no meio social com responsabilidade e ética, na construção de nossa história.

Seguindo tal pensamento a escola tem compromisso de respeitar os saberes do educando, aproveitando sua experiência, discutindo sua realidade, associando os saberes curriculares e a experiência social que eles têm, valorizando e resgatando a diversidade cultural e assim enriquecendo o conhecimento, pois ao mesmo tempo em que se ensina estamos num constante aprender.

TEÓRICO	PRINCIPAIS IDÉIAS	APLICAÇÕES
 <p>Paulo Freire Educação Libertadora- Emancipatória</p> <p>Brasil 1921 - 1997</p> <p>Advogado Filósofo Professor</p>	<p>A recuperação da ética universal do homem na sociedade pós-moderna.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▣ A educação como processo de dialogicidade, politicidade, conscientização crítica e utopia. ▣ Visão do homem essencialmente livre, com vocação de fazer sua história. ▣ Crítica à “cultura do silêncio”, à pedagogia da exclusão e à falsa neutralidade científica e política. 	<p>Resgatar em todas as relações da escola a amorosidade, a disciplina e a competência crítica;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▣ Vivenciar a ética como geradora de responsabilidade e coerência social; ▣ Trabalhar a formação de sujeitos críticos, distanciando-se da educação baseada no acúmulo de informações; ▣ Suscitar nos profissionais de educação reflexão sobre sua prática; ▣ Motivar os envolvidos na educação a crer em seu papel transformador; ▣ Trabalhar a coerência entre discurso e prática nas ações educativas; ▣ Dar ênfase à cultura da aprendizagem, da curiosidade, do conhecimento, dos valores, da pesquisa.
 <p>Lev S. Vygotsky</p>	<p>A Mediação simbólica – relação do homem com o mundo é mediada por símbolos.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▣ Aprendizagem de informações, habilidades, atitudes, valores se dá a partir do contato com a realidade. 	<p>Valorizar os conhecimentos prévios dos alunos;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▣ Desenvolver atividade com trabalhos na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) do educando. ▣ Proporcionar atividades de interação e

<p>Construtivismo Sócio Interacionista</p> <p>Bielo-Rússia 1896 - 1934</p> <p>Advogado Médico Professor</p>	<p>▣ Para atingir o desenvolvimento real, a criança precisa superar sua Zona de Desenvolvimento Proximal com o apoio de um mediador (professor ou colega).</p> <p>▣ A cultura concede às pessoas os sistemas simbólicos representativos da realidade que levam à compreensão e interpretação do mundo real.</p>	<p>coordenação entre os educandos;</p> <p>▣ Reconhecer o educando como sujeito histórico-social.</p> <p>▣ Compreender as funções básicas da linguagem e desenvolvê-las no currículo.</p>
--	---	--

Com base em Freire (2000), essas transformações não poderiam ficar no campo das ilusões ou abstrações. Numa visão vygotskiana (1994), seria o sujeito modificando o seu meio social, ao mesmo tempo em que é mudado por ele.

Para alcançar esse intento, serão empregados esforços no sentido de identificar os principais problemas da clientela a fim de atendê-la, adequando métodos e técnicas que farão dos educandos, cidadãos críticos, que não se deixam alienar ou influenciar pela conjuntura dominante (meios de comunicação, politicagem, etc); cidadãos atuantes como agentes de transformação, cidadãos criativos, tendo em vista a evolução científica, tecnológica e humanística, levando em conta a pluralidade cultural, o respeito à multiplicidade. Enfim, um ser humano com princípios éticos e morais que almeja uma sociedade igualitária.

Conscientes de que uma nova sociedade só se estabelecerá por meio de uma Educação centrada no valor do educando, faz-se necessário que ele se valorize e acredite em seu potencial, avaliando seu lado qualitativo, suas habilidades individuais, sua bagagem cultural e seu poder de transformar-se, cabendo ao educador à função de mediador e incentivador, de maneira funcional, a fim de que os objetivos propostos sejam alcançados em sua plenitude.

10 - OBJETIVOS:

Conscientes das dificuldades e privações sócias- econômicas- culturais por que passa o corpo discente, os educadores, objetivando provocar mudanças no quadro que os rodeia, dinamizam a prática educativa em prol da vivência da cidadania, fazendo com que os todos conheçam seus direitos, procurando acesso a eles por meio de luta digna, do cumprimento dos deveres e de ações politizadas e conscientes.

As práticas educativas estarão embasadas no empenho de provocar simples mudanças de hábitos e atitudes dos alunos no ambiente escolar, provocando e incentivando a família a também participar. Para que este objetivo seja alcançado, o fazer pedagógico será motivado com projetos semestrais, relacionados ao desenvolvimento da cidadania, com temas atuais e contextualizados, desenvolvidos de forma interdisciplinar e criativa, fazendo a correlação dos conteúdos programáticos de cada série e área de estudo com a realidade, primando sempre pelo desenvolvimento das múltiplas inteligências.

Para que a elaboração, execução e avaliação desses projetos aconteçam de fato, com qualidade, serão realizados encontros pedagógicos que oportunizam o aprimoramento profissional, aproveitando para estabelecer debates sobre as dificuldades encontradas no dia a dia da sala de aula, buscando possíveis soluções que promovam a melhoria da qualidade do ensino ministrado, além de promover o crescimento e o enriquecimento do corpo docente.

11 - OBJETIVOS GERAIS

Entender o Projeto Político Pedagógico como elemento organizador de toda ação escolar, dentro de uma gestão democrática, garantindo aos alunos o acesso e a permanência numa escola pública de qualidade social, empenhada em criar condições materiais (objetivas e subjetivas), para a compreensão e o discernimento de suas interações, com o mundo, interferindo e interagindo nas relações sociais de produção em benefício do coletivo, na perspectiva das classes populares”.

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;
- conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;

- conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- utilizar as diferentes linguagens — verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal — como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

A LDB (Lei nº 9394/96), em seu art.12 & I, art. 13 & I e no art. 14 & I e II, estabelece orientação legal de confiar à escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico. A legislação define normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios estabelecidos pelo art.14:

I. Participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes. (LDB, art, 14, 1996).

A participação dos professores e especialistas na elaboração do projeto pedagógico promove uma dimensão democrática na escola e nessa perspectiva, as decisões não centralizadas no Gestor cedem lugar a um processo de fortalecimento da função social e dialética da escola por meio de um trabalho coletivo entre todos os segmentos participantes e a comunidade escolar.

Alinhando-se a essa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Alcina de Almeida foi elaborado para um melhor atendimento dos educandos, com base no que é preconizado nas legislações educacionais, reconhecendo os alunos como seres em desenvolvimento e dependentes de atenção que os faça conviver bem com os demais, de maneira articulada e gradual.

Esse documento se pauta na concepção do educando como um ser humano completo no qual se integram as dimensões afetiva, intelectual, física, moral e social. Como lembra o Parecer nº 01/99 do Conselho Nacional de Educação, o aluno precisa ser considerado como:

um ser ativo e capaz, (...), impulsionado pela motivação de ampliar seus conhecimentos e experiências e de alcançar progressivamente graus de autonomia frente às condições de seu meio (...), um sujeito social e histórico, marcado pelo meio em que se desenvolve e que também a marca.

O conhecimento se dá através da interação do indivíduo com o mundo, em constantes processos de assimilação, acomodação e reorganização de dados. Diversos autores como Piaget e Vygotsky mostram que o desenvolvimento se dá através da relação do aluno com o meio em que vive, o conhecimento é construído a partir da ação do sujeito sobre o objeto. Conhecer algo não significa parafrasear a realidade, o sujeito deve ser capaz de observar e modificar o objeto, fazendo parte e compreendendo como se realizou todo o processo.

Para estimular o desenvolvimento dos alunos, deve-se considerar a individualidade e respeitar os níveis de desenvolvimento no que se refere à assimilação dos esquemas de elaboração mental, desenvolvendo atividades que promovam uma construção do conhecimento significativo.

O professor, no papel de orientador, deve apresentar atividades estimulantes para que o próprio aluno descubra os caminhos que o levam a ser mais criativo, conhecedor, participante e transformador da sua realidade.

Essa concepção adotada pela Escola é norteada pela base filosófica da Educação Democrática, fundada no princípio de liberdade e no respeito à pessoa humana, assegurando a expansão e a expressão da personalidade e proporcionando, a todos, igualdade de oportunidade, delineando a metodologia do trabalho educacional centrada no espírito de compreensão e da fraternidade e na formação do cidadão capaz de reconhecer suas obrigações individuais na promoção do bem estar físico, mental, social e moral da coletividade. Tendo como referência a realidade do aluno, a instituição proporcionará a aquisição de uma consciência crítica que lhe amplie a visão de mundo. Dando-lhe condições de uma leitura interpretativa dos fatos sociais, tornando-os cidadãos ativos, participativos e conscientes.

12 - Concepções que norteiam o PPP

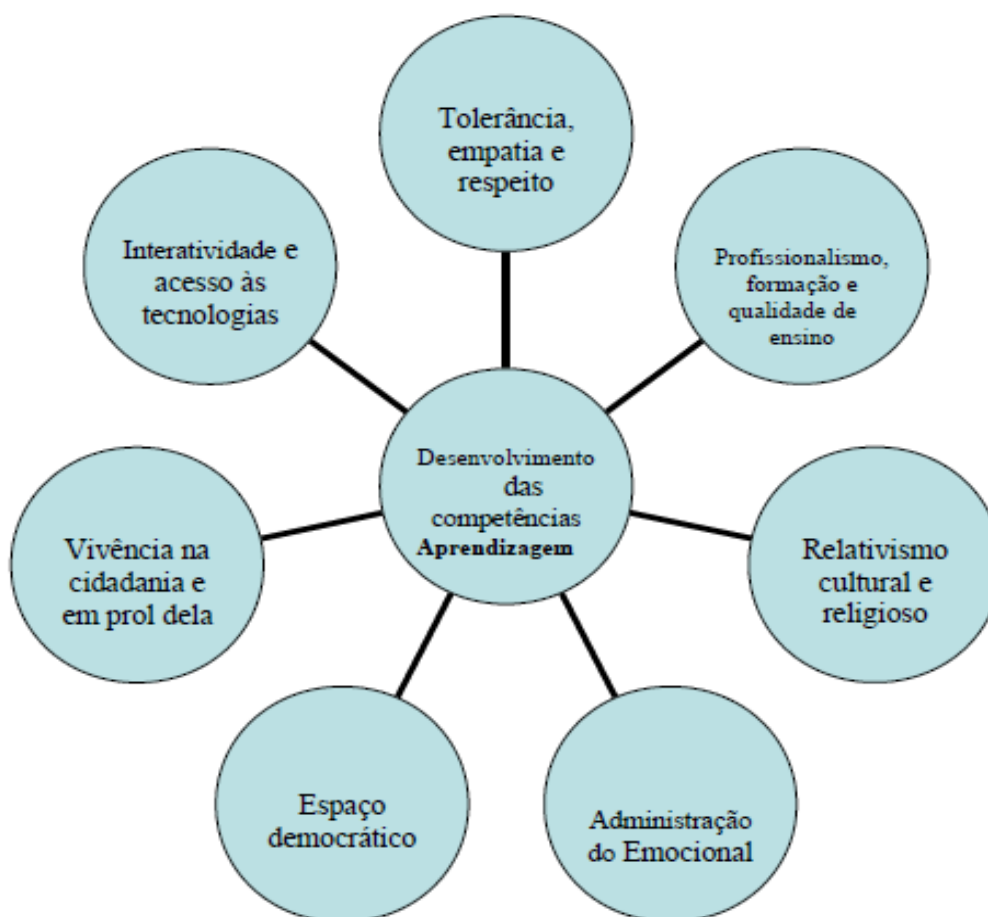
Mundo: O mundo é o local onde ocorrem as interações home-homem e home-meio social, caracterizadas pelas diversas culturas e pelo conhecimento. Devido à rapidez dos meios de comunicação e tecnológicos e pela globalização torna-se necessário proporcionar igualmente ao homem o alcance dos objetivos materiais, políticos, culturais espirituais para que sejam superadas as injustiças sociais, diferenças, distinções e divisões na tentativa de se formar o ser humano. Isto será possível se a escola for um espaço que contribua para afetiva mudança social.

Sociedade: Pertencente a uma sociedade capitalista, competitiva baseada nas ações e resultados, por isso faz-se necessário construir uma sociedade libertadora, crítica, reflexiva, igualitária, democrática e integradora, fruto das relações entre as pessoas, caracterizadas pela interação de diversas culturas em que cada cidadão constrói a sua existência e a do coletivo.

Homem: O ser humano, na atualidade, é competitivo e individualista, resultado das relações impostas pelo modelo de sociedade em vigor. No entanto, a luta deve ser por um homem social, voltado para o seu bem próprio, mas, acima de tudo, para o bem estar do grupo do qual faz parte. O homem, que modifica a si mesmo pela apropriação dos conhecimentos, modifica também a sociedade por meio do movimento dialético “do social para o individual” como sujeito da história.

Educação: O processo educacional deve contemplar um tipo de ensino e aprendizagem que ultrapasse a mera reprodução de saberes “cristalizados” e desemboque em um processo de produção e de apropriação de conhecimento e transformá-lo, possibilitando, assim, que o cidadão se torne crítico, autônomo e que exerça a sua cidadania, refletindo sobre as questões sociais e buscando alternativas de superação da realidade.

PRINCÍPIOS E VALORES QUE NORTEIAM O PPP



13– Estrutura e Organização da Escola

CARACTERIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA

1. LOCAL DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA: Prédio Escolar
2. FORMA DE OCUPAÇÃO DO PRÉDIO ESCOLAR: Próprio
3. PRÉDIO ESCOLAR COMPARTILHADO COM OUTRA ESCOLA: Não
4. FORNECE ÁGUA POTÁVEL PARA O CONSUMO HUMANO: Sim

5. ABASTECIMENTO DE ÁGUA: Rede Pública
6. FONTE DE ENERGIA ELÉTRICA: Rede Pública
7. ESGOTAMENTO SANITÁRIO: Rede Pública
8. DESTINAÇÃO DO LIXO: Serviço Público de Coleta
9. TRATAMENTO DO LIXO/RESÍDUOS QUE A ESCOLA REALIZA: Separação do lixo
10. DEPENDÊNCIAS FÍSICAS EXISTENTES NA ESCOLA: Banheiro feminino e masculino para os alunos, Cozinha, Despensa, Refeitório, Sala de diretoria, Sala de leitura, Sala de secretaria.
11. NÚMERO DE SALAS DE AULA UTILIZADAS PELA ESCOLA (DENTRO E FORA DO PRÉDIO ESCOLAR): 06
12. EQUIPAMENTOS EXISTENTES NA ESCOLA: 02 computadores, 01 impressora multifuncional para uso administrativo.
13. ACESSO À INTERNET: Internet Banda Larga e Wireless

A Escola Municipal Alcina de Almeida oferece à Comunidade Escolar do Bairro Boa União e seus arredores as seguintes modalidades de ensino:

Ensino Fundamental - ANOS FINAIS

Ano	Qtde de turmas	Turno	Nr de alunos
6º ano	03	2º	96
7º ano	02	1º	61
7º ano	01	2º	30
8º ano	02	1º	60
8º ano	01	2º	15
9º ano	02	1º	63

Com relação à carga horária, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, temos a seguinte orientação:

“A educação básica, nos níveis Fundamental e Médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver”. (LDB, 1996, art. 24º)

Nesse sentido, a escola se organiza tendo como diretriz o calendário letivo proposto para a Rede Municipal de Ensino.

Sobre os conteúdos, a legislação é enfática, no que tange a organização:

“Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”. (LDB, 1996, art. 26º)

14 - MATRÍCULA

De acordo com o Regimento Municipal as matrículas ficam assim condicionadas:

“Art. 117 - A matrícula na escola pública municipal é gratuita e deve ser requerida pelo aluno, quando maior ou emancipado, e pelos pais e/ou responsáveis, no caso de aluno menor e não emancipado, em época própria, de acordo com as diretrizes fixadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único: Não há renovação automática de matrícula na rede municipal de ensino e só aos alunos devidamente matriculados é permitida a frequência às aulas.

Art. 118 - Ao assinar o requerimento de matrícula, o responsável pelo aluno menor ou o aluno maior aceita e obriga-se a respeitar as determinações deste regimento, que está à sua disposição para ele tomar conhecimento por inteiro.

Art. 119 - A matrícula do aluno com necessidades educacionais especiais deve ser assegurada com prioridade, conforme critérios fixados nas determinações legais vigentes, e notificada ao órgão próprio da Secretaria Municipal de Educação para o planejamento do atendimento.

Art. 120 - Entende-se como aluno com necessidades educacionais especiais, aquele que apresentar deficiência mental, visual, física, deficiência múltipla, condutas típicas e altas habilidades.

Art. 121 - Ao aluno com necessidades educacionais especiais será assegurada a sua inclusão nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 122 - Os alunos encaminhados para a Classe Especial terão que apresentar laudo médico psicológico e/ou neurológico.

Art. 123 - São condições para matrícula nas escolas da Rede Municipal de Ensino:

- I. Na educação infantil:
 - a) Creche - idade até 03 anos;
 - b) Pré-escola – idade de 03 (três) anos a 05 (cinco) anos.

- II. No Ensino Fundamental:
 - a) 1º ano de escolaridade – idade mínima de 06(seis) anos ou a completar até 31(trinta e um) de março, ou os casos previstos no artigo 11-A da Deliberação CME/TR 001/2014;

- b) Nos demais anos de escolaridade, ficando a unidade escolar responsável pela regularização da vida escolar do aluno, caso o mesmo esteja impossibilitado de comprovar escolaridade anterior;
- c) A matrícula inicial de aluno com ordem judicial deverá ser aceita em qualquer época do ano letivo.

III. No Ensino de Jovens e Adultos a idade mínima será de 15 (quinze) anos completos.

Art. 124 - Serão consideradas como novas, as matrículas efetuadas até 31 de março; e como especiais, as efetuadas após essa data, de acordo com a Deliberação nº 002/2011 CME- TR.

Parágrafo único – Os alunos que efetuaram a matrícula ou renovaram, porém não frequentaram no prazo de 30 dias corridos até 31 de março terão suas matrículas canceladas não sendo registrados nos documentos escolares (Diário de classe, Livro de Matrícula e Livro de Ata dos Resultados Finais) e Censo Escolar; atendendo ao princípio de garantia de oferta e acesso à Educação Básica. A unidade escolar deverá utilizar todas as medidas legais necessárias para o retorno do aluno. Caso o mesmo retorne serão considerados matrícula especial.

Art. 125 - No ato da matrícula deverão ser apresentados os documentos abaixo discriminados:

- I. Fotocópia do registro de nascimento para o aluno menor e certidão de casamento ou carteira de identidade do aluno maior;
- II. Declaração da escola de origem ou Histórico Escolar;
- III. 02 (dois) retratos 3x4;
- IV. Fotocópia do cartão de vacinação para Educação Infantil;
- V. Tipo sanguíneo;
- VI. Carteira de identidade e CPF para o aluno do Ensino Médio;
- VII. Comprovante de residência com CEP;
- VIII. Declaração de etnia (opcional);
- IX. Fotocópia da carteira de identidade e CPF do responsável legal, quando o aluno for menor.

Art. 126 - O Histórico Escolar deverá ser apresentado num prazo máximo de 30 dias após a realização da matrícula.

Art. 127 - É expressamente vedada à unidade escolar, condicionar a matrícula a quaisquer exigências adicionais às previstas pela legislação em vigor.

Art. 128 - A matrícula será aberta e encerrada pelo diretor em datas prefixadas pela Secretaria Municipal de Educação e atenderá ao disposto na legislação em vigor.

Art. 129 - É nula de pleno direito, sem qualquer responsabilidade para a unidade escolar, a matrícula feita com documento falso ou adulterado, sendo passível ao responsável do aluno menor ou o próprio quando maior, arcar com as sanções que a lei determina.”.

15 - TRANSFERÊNCIA

De acordo com o Regimento Municipal as transferências ficam assim condicionadas:

“Art. 130 - Será admitida transferência durante o ano letivo, nas unidades escolares da Rede Municipal:

- I. O aluno transferido em curso ao retornar no mesmo período letivo será considerado uma nova matrícula;
- II. No Ensino Fundamental e Médio até 30 de setembro e após esta data, por motivos relevantes analisados pela Supervisão Educacional;
- III. A transferência de aluno oriundo do estrangeiro será efetuada mediante as determinações legais vigentes, tendo por base as normas curriculares gerais;

Art. 131 - A transferência de alunos em qualquer caso obedecerá aos dispostos na legislação vigente e às normas baixadas pelas autoridades competentes.

Art. 132 - Caberá à Orientação Pedagógica/Educacional examinar o currículo do aluno transferido e verificar a necessidade de adaptação ao currículo do estabelecimento.”

16 - Organização disciplinar:

✓ **CALENDÁRIO LETIVO**

✓ **MATRIZ CURRICULAR**

ENSINO FUNDAMENTAL – 6º AO 9º ANO

17 - PROPOSTA CURRICULAR - BNCC

A educação no Brasil está organizada em sistemas de ensino federal, municipal e estadual.

Na LDB, Art. 12, Incisos I a VII, estão às principais delegações que se referem à gestão escolar no que diz respeito as suas respectivas unidades de ensino:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica;

Como está escrito acima, para a LDB, o planejamento, a elaboração e a execução de uma proposta pedagógica são a principal das atribuições das unidades de ensino, devendo ela, assim, na sua gestão trilhar um caminho orientado por esta finalidade. (VIEIRA, 2008, p. 43).

A proposta pedagógica é a bússola da escola. Ela define os caminhos e trajetórias que a escola vai tomar para alcançar os seus objetivos. Por isso, é muito importante que ela seja bem formulada e estruturada pela escola e seus representantes.

É obrigação da escola a gestão das pessoas que integram a unidade. Além da gestão dos recursos financeiros e materiais, a escola precisa gerir o seu maior patrimônio que são as pessoas que trabalham na unidade de ensino. As pessoas são as responsáveis pela cultura de ideias que surgem no interior das escolas. Lidar com o patrimônio pessoal é tarefa primordial na gestão escolar.

Para cumprir seu papel, de contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa, prepará-la para a cidadania e qualificá-la para o trabalho, como define a constituição e a LDB, nossa proposta é trabalharmos numa parceria entre família e escola.

O termo “pleno desenvolvimento” neste contexto significa não apenas a tarefa de aplicar os conteúdos clássicos, mas expandir-se a dimensões mais abrangentes que alcancem a mudança de comportamento e a aquisição de uma postura que demonstra realmente o exercício da cidadania. Para isso a unidade escolar se propõe a enfatizar o respeito pelo próximo e a convivência com aquele que é diferente. Na LDB o currículo é apresentado no artigo 26º:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (LDB, artigo 26º, 1996)

Com base no currículo que é proposto pela legislação educacional e a proposta curricular do Município, o planejamento significa pensar nas ações pedagógicas possíveis e necessárias que se venham a se adequarem à realidade dos alunos. É preciso que haja avaliações diagnósticas constantemente, para que a aprendizagem venha a ser consolidada e o que não foi consolidado encontre uma nova oportunidade.

Para planejar bem, considerando as reflexões anteriores neste documento, o profissional deve mudar sua postura enquanto “homem” e “professor”. Primeiramente é preciso mudar a si próprio para, então, pensar em mudar os outros. Planejar significa, a partir da realidade do estudante, pensar as ações pedagógicas possíveis de serem realizadas no intuito de possibilitar a produção e internalização de conhecimentos por parte do/a educando/a. Além disso, o planejamento deve contemplar a possibilidade de um movimento de ação – reflexão – ação na busca constante de um processo de ensino-aprendizagem produtivo. Portanto, não cabe mais uma mera lista de conteúdos. Deve-se dar ênfase as atividades pedagógicas; o conteúdo em sala de aula será resultado da discussão e da necessidade manifestada a partir do conhecimento que se tem do próprio estudante. Logo, de posse de alguns dados referentes ao conhecimento internalizado pelo/a aluno/a, passa-se à reflexão e discussão sobre os conhecimentos historicamente sistematizados. Essa forma permite que professor/a e aluno/a avancem em seus conhecimentos e se constituam como sujeitos reflexivos. A escola deve elaborar, por disciplina, aqueles conteúdos necessários pertinentes a cada série que serão o ponto de partida.

“É preciso lembrar que a contextualização deve ser vista como um dos instrumentos para a concretização da ideia da interdisciplinaridade e para favorecer a atribuição de significados pelo aluno no processo de ensino aprendizagem” (Orientações Curriculares para o Ensino Médio, pág. 95)

18 - Competências Gerais da BNCC:

1. Conhecimento
2. Pensamento científico, crítico e criativo
3. Repertório cultural
4. Comunicação
5. Cultura digital
6. Trabalho e projeto de vida
7. Argumentação
8. Autoconhecimento e autocuidado
9. Empatia e cooperação
10. Responsabilidade e cidadania

19 - ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO

O professor deve apresentar três tipos de planejamento aos alunos:

- Planejamento Escolar: traz orientações gerais que vinculam os objetivos da escola ao Sistema Educacional;
- Planejamento de Ensino: tópicos que definem metas, conteúdos e estratégias metodológicas de um período letivo;
- Planejamento de Aula: Previsão do conteúdo de uma aula ou de um conjunto de aulas.

Vale ressaltar que todo Planejamento é flexível, mediante necessidade dos alunos.

20 - Avaliação escolar

A legislação educacional expressa princípios orientadores do sistema educacional de um país por meio de um conjunto de diretrizes e normas que refletem na organização e no funcionamento dos vários órgãos e instituições responsáveis pela educação sistemática. Assim, a escola, como instituição pertencente ao sistema educacional do país, tende a espelhar, em sua estrutura administrativa e pedagógica, as orientações legais vigentes.

Falamos em tendência, pois uma legislação não se impõe por si própria, estando sujeita, em sua aplicação, às apreciações e interpretações que seus usuários fazem, com base em suas crenças e valores. No entanto, ainda que com interpretações por vezes diversas, e que não se fazem necessariamente de imediato à promulgação, uma nova lei acaba por ser assimilada nas escolas em suas orientações gerais, influenciando a sua organização e o seu funcionamento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigor desde 20 de dezembro de 1996, Lei nº 9.394, dispõe em seu art. 24, inciso V, sobre a avaliação do rendimento escolar. Ao tratar do assunto, contempla a aceleração de estudos, a possibilidade de avanço na trajetória escolar e estudos de recuperação, nos seguintes termos:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

No que se refere à concepção de avaliação subjacente a essa lei, considerando-se também pareceres do Conselho Nacional de Educação, pode-se inferir a ênfase na avaliação como processo que busca “detectar o grau de progresso do aluno em cada conteúdo” (Parecer CNE/CEB nº 05/97). Em uma visão ampliada, que sugere ser a avaliação um meio de verificar o alcance de objetivos visados, que não necessariamente se restrinjam ao domínio de conteúdo, tem-se o que diz o Parecer CNE/CEB nº 12/97:

“Estudo e avaliação devem caminhar juntos, como é sabido, onde esta – a avaliação – é o instrumento indispensável, para permitir que se constate em que medida os objetivos colimados foram alcançados.”

A função da avaliação é acompanhar o desempenho escolar do aluno, visando ao “progresso”. Assim como na lei anterior, no entanto, de modo mais claro e incisivo, são previstas alternativas para flexibilização dos procedimentos

de classificação e promoção do aluno, por meio da aceleração de estudos, avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado e/ou aproveitamento de estudos concluídos com êxito. É importante lembrar que no município de Três Rios também se adota o sistema de progressão parcial a partir do sexto ano de escolaridade conforme Deliberação CME-0012019.

A avaliação tem um destaque especial, pois envolve um processo mais abrangente e que faz parte das ações pedagógicas realizadas em conjunto (orientador, professor, aluno).

A avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com o Projeto Pedagógico e com seu consequente projeto de ensino. A avaliação, tanto no geral quanto no caso específico da aprendizagem não possui uma finalidade em si; ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido.

A avaliação subsidia decisões a respeito da aprendizagem dos educandos, tendo em vista garantir a qualidade do resultado que estamos construindo. Por isso, não pode ser estudada, definida e delineada sem um projeto que a articule.

A escola garantirá um trabalho embasado no contexto do Projeto Educativo, priorizando o desenvolvimento dos educandos - crianças e jovens – a partir de um processo de assimilação ativa do legado cultural já produzido pela sociedade: a filosofia, a ciência, a arte, a literatura, os modos de ser e de viver.

A nossa proposta enquanto escola é construir com e nos educandos conhecimentos, habilidades hábitos que possibilitem o seu efetivo desenvolvimento, através da assimilação ativa do legado cultural da sociedade, transformando-os em sujeitos autônomos e reflexivos.

A avaliação (verificação) será quantitativa, qualitativa e contínua. O aluno é avaliado através de trabalhos desenvolvidos no Projeto, provas e atividades realizadas em sala de aula ou em casa.

Em relação aos procedimentos de avaliação, é possível inferir que caberá ao professor decidir quais serão utilizados, uma vez que é a ele atribuída, no art. 13, inciso III, a incumbência de “zelar pela aprendizagem dos alunos”. No entanto, nessa lei, no art. 9º, inciso VI, é prevista a incumbência da União de “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino”.

A Prova Brasil é aplicada censitariamente aos alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. A Prova Brasil oferece resultados por escola, município, Unidade da Federação e país que são utilizados no cálculo do Ideb.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB - O Ideb foi criado INEP em 2007, em uma escala de zero a dez. Sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil.

A série histórica de resultados do Ideb se inicia em 2005, a partir de onde foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo País, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação. A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE. Em termos numéricos, isso significa progredir da média nacional 3,8, registrada em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um Ideb igual a 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência. Sendo assim, a Escola Municipal Alcina de Almeida, antiga Escola Professora Milcah de Sousa, tem alcançado resultados positivos ao longo dos anos, o que significa o empenho de toda comunidade escolar com a qualidade do ensino.

21 - FREQUÊNCIA

De acordo com o Regimento Municipal a frequência do aluno fica assim condicionada:

“Art. 152 - A frequência mínima exigida para aprovação é de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas da série cursada, conforme disposto no inciso VI do artigo 24 da Lei 9394, de 29 de dezembro de 1996.

Art. 153 - A frequência às aulas dadas, bem como a todos os trabalhos escolares, será apurada do primeiro ao último dia do período letivo, através do diário de classe sob responsabilidade do professor, com acompanhamento da equipe de suporte pedagógico.

Art. 154 - Caberá a equipe Suporte Pedagógico da unidade escolar, propor medidas que venham a ser necessárias para garantir a eficiência do controle da frequência e a permanência do aluno na escola.

Art. 155 - A frequência é fator essencial à promoção e ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e deve ser estimulada e controlada pela unidade escolar.

Art. 156 - A comunicação do controle da assiduidade aos pais e/ou responsável pelo aluno, será feita pela unidade escolar a cada bimestre e, em caso de infrequência, através de boletim escolar ou outro instrumento de comunicação, sendo este assinado pelo responsável como forma de ciência do fato, e devolvido logo após, à escola.

Art. 157 - Dar-se-á o mesmo tratamento ao aluno menor matriculado no Ensino de Jovens e Adultos, sendo que ao aluno maior ou emancipado, a comunicação será feita diretamente a ele.

Art. 158 – A ausência consecutiva do aluno por 10 dias, sem justificativa, implicará providências da Unidade Escolar junto à família e, posteriormente, preenchimento da Ficha de Acompanhamento de Infrequência – FICAI conforme acordo traçado entre Secretaria de Educação e Ministério Público em 06/07/2000.

Art. 159 – “A ausência do aluno por 30 dias letivos consecutivos caracterizará evasão escolar em qualquer período do ano letivo.”.

22 - Atendimento Educacional Especializado

A inclusão é um desafio permanente nos nossos dias. Nesse sentido, trabalhar na perspectiva da inclusão de forma ampla significa oferecer múltiplas e sempre singulares condições para o crescimento e aprendizagem de cada aluno. É necessário formular políticas de inclusão e projetos político pedagógicos que contemplem a diversidade e incluam as crianças e adolescentes da nossa Rede Municipal de Ensino, considerando as diferenças dos sujeitos e as especificidades de suas culturas e aprendizagens, garantindo a equiparação de oportunidades. Nesta unidade temos casos de alunos portadores de laudo médico, alunos atendidos pela sala de recursos sendo atendidos e respeitados em suas especificidades e/ou limitações através de adaptação curricular. De acordo também com a Deliberação nº001/2015 CME-TR o aluno que demonstre algum comprometimento ainda que sem o laudo clínico pode ser avaliado por Parecer Pedagógico em consonância também com Nota Técnica nº 04/2014 MEC/SECAD/DPEE. Esse é o desafio que temos assumido na Rede Municipal de Ensino do município de Três Rios.

23 - Conselho Escolar

Um dos papéis da escola é formar cidadãos e contribuir para construção de uma sociedade democrática. Sendo assim, a própria escola precisa ter uma gestão democrática.

Nesse sentido, a participação de vários segmentos da sociedade na escola através da organização dos Conselhos Escolares, é de suma importância para efetivar a gestão democrática, para que a comunidade escolar possa participar e fazer valer os seus direitos e deveres, afirmando os interesses coletivos e construindo um Brasil com igualdade, humanidade e justiça social.

O Conselho Escolar é composto por diferentes agentes: diretor, funcionário, professor, especialista, representante de alunos, família (pais, mães, tutores). Para garantir a participação democrática o Conselho deve ter a seguinte proporção:

Estes segmentos fortalecem a participação dos demais representantes de lideranças da comunidade local da escola em que atua o conselho.

O Conselho Escolar da Escola Municipal Alcina de Almeida, é constituído segundo as disposições contidas no Decreto Municipal nº 5533 de 01 de dezembro de 2015.

São membros do Conselho Escolar:

Membro Nato: Maria Conceição Santos Melo

Representante de Professores: Simone Adelina Pacheco

Suplente: Roberta Alexandre Leal Costa

Representante de Alunos Maiores de 14 anos: Emilli de Souza Gomes

Suplente: Maria Jhully Severino da Silva

Representante de pais de alunos Menores de 14 anos:

Rosilda dos Santos Madeira

Suplente: Nilza Ferreira Santos

Representante de Funcionários: Wanda Pinheiro da Silva

Suplente: Andrea Cristina da Paz

Representante da APM: Valéria Estevam Henrique
Suplente: Elmir Vieira Penido
Representante de Comunidade Civil: Marinalva Soares de Jesus da Rocha
Suplente: Maria Tereza de Souza Ambrózio

24- Grêmio Estudantil:

Grêmio estudantil é uma organização sem fins lucrativos que representa o interesse dos estudantes e que tem fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais. O grêmio é o órgão máximo de representação dos estudantes da escola. Ele permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. O grêmio é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos. É importante deixar claro que um de seus principais objetivos é contribuir para aumentar a participação dos alunos nas atividades de sua instituição de ensino, organizando campeonatos, palestras, projetos e discussões, fazendo com que eles tenham voz ativa e participem – junto com pais, funcionários, professores, coordenadores e diretores – da programação e da construção das regras e normas dentro da instituição de ensino. O grêmio também tem a função de expor as ideias e opiniões dos alunos dentro da administração da instituição de ensino e da comunidade.

Em correspondência à Lei Federal 7.398 de 04 de novembro de 1985, que discorre sobre a organização de entidades representativas de estudantes de 1º e 2º graus; à Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com a garantia do direito à gestão democrática, pluralismo de ideias e garantia de padrão de qualidade na educação; à Lei Federal 8.069, de 13 de setembro de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo artigo 53, inciso IV, garante o direito ao estudante de se organizar e participar de entidades estudantis; e à Lei estadual 1.949, de 08 de janeiro de 1992, que assegura o direito de organização dos estudantes, ao(s) vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove às dezessete horas, nas dependências da Escola Municipal Alcina de Almeida situada a Rua Alcina de Almeida, número 120, bairro Boa União no município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro, foi criado o Grêmio Estudantil “A Nova Geração” como produto da colaboração da Secretaria de Educação do Município, da diretoria da escola e de seus alunos. Reconhece-se, nesse ato de fundação, a existência e o funcionamento do grêmio em concordância com a lei, por iniciativa da Secretaria de Educação, colaboração da escola e apoio dos alunos. Por meio deste, igualmente, faz-se saber que esta representação discente deve alinhar-se ao Projeto Político Pedagógico da escola e às disposições da Secretaria de Educação sob pena de perda de legitimidade. Sua existência e funcionamento tem como propósito o enriquecimento da vida acadêmica dos alunos, como demonstra o Estatuto que regula suas funções e ideias, pensado e redigido por alunos com a assistência e colaboração da orientação pedagógica da escola, professores consultados e alunos.

25- IDEB 2021

Rio de Janeiro > Três Rios > Escola Municipal Alcina De Almeida



ESCOLA MUNICIPAL ALCINA DE ALMEIDA

Escola Municipal
Rio de Janeiro / Três Rios

NSE Médio-baixo

IDEB

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Veja o Ideb do país e a situação das escolas

2021

Anos Finais

Aprendizado

4,69

Quanto maior as notas,
maior o aprendizado.

X

Fluxo

1

Quanto maior o valor,
maior a aprovação

=

IDEB

4,7

Meta 5,3

[?](#) Legenda

ANEXOS

Projetos:

- **Plano de Ação Projeto Bullying**
- **Projeto Saúde Mental na Escola**
- **Projeto de Leitura**
- **Projeto de Aprendizagem Serviço-Solidário
Intervenção: “Jardim Comunitário” (arquivo em anexo)**
- **OBMEP Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas**
- **Avaliações da Rede Municipal de Ensino**
- **Instagram do Grêmio Estudantil Alcina de Almeida**
- **Projeto de Alfabetização – Recomposição de Aprendizagens**
- **Projeto de agentes de educação Empreendedora**
- **Projeto de agentes da Guarda Municipal com palestras Anti drogas**

PROJETO SAÚDE MENTAL NA ESCOLA

Este projeto consiste em intervenção precoce por profissionais da saúde mental nas escolas municipais. A principal finalidade é identificar possíveis riscos ou quadros vulneráveis que possam contribuir ou desencadear adoecimento psíquico.

OBJETIVOS

- Realizar um trabalho com a equipe das escolas municipais a fim de desconstruir rótulos, estereótipos que favorecem a patologização da infância e adolescência;
- Criar uma aproximação possível dos familiares a fim de fortalecer a confiança entre a equipe da escola e equipe do Projeto Saúde Mental na escola em espaços como rodas de conversas;
- Sugerir atendimento coletivo aos alunos que apresentarem sofrimento psíquico;

As situações em que a demanda for grave, o atendimento será realizado no Ambulatório Ampliado de Saúde Mental.

TEMAS A SEREM DISCUTIDOS COM OS EDUCADORES:

- 1-Como se dá a construção do sujeito
- 2-A patologização da infância e juventude e suas consequências
- 3-A medicalização da vida
- 4-Pandemia e Saúde Mental
- 5-Pandemia e luto
- 6-Considerações acerca da sobrecarga familiar

Equipe Responsável:

- Andréa Zanata de Sá- Coordenadora do Ampliado de Saúde Mental
- Elisa Sá Pinto-Coordenadora do Caps e Psicóloga do Ambulatório Ampliado de Saúde Mental
- Octávia Cristina Barros - Coordenadora do Consultório na Rua e psicólogo do Ambulatório de Saúde Mental

PROJETO DE LEITURA



Responsável: Professora Simone Adelina Pacheco

1. JUSTIFICATIVA

Percebemos que a realidade atual vem afastando cada vez mais nossos alunos do ato de ler. Considerando o contexto de pandemia que se arrasta e que afastou nossos alunos, por dois anos das salas de aula. Ademais os equipamentos eletrônicos como celulares, videogames, o acesso restrito a leitura no núcleo familiar, e a falta de incentivo, têm ocasionado pouco interesse para leitura e por consequência dificuldades nas habilidades indispensáveis ao desempenho escolar.

Nesse diapasão, na avaliação diagnóstica da secretaria municipal de educação realizada na escola constatou-se abstenções na leitura e na escrita, inadequação do uso dos elementos coesivos, tornando as produções sem coesão e sem coerência, equívocos ortográficos, vocabulário pobre, repetitivo, reduzido e informal, dificuldade de compreensão, poucas produções significativas, conhecimento limitado dos conteúdos escolares. Além de erros nas questões de matemática por deficiência de interpretação do respectivo enunciado.

Nesse sentido, é iminente a necessidade da atuação da comunidade escolar para resgatar o valor da leitura, como ato de prazer e requisito para emancipação social e promoção da cidadania. A leitura nunca se fez tão necessária nos bancos escolares. De um lado há o aumento nas fontes de

pesquisa e uma crescente preferência pelo construtivismo. De outro lado, vemos a grande dificuldade de nossos alunos em compreender enunciados de questões básicas de interpretação e compreensão textual.

Através da leitura o ser humano consegue se transportar para o desconhecido, explorá-lo, decifrar os sentimentos e emoções que o cercam e acrescentar vida ao sabor da existência. Pode então, vivenciar experiências que propiciem e solidifiquem os conhecimentos significativos de seu processo de aprendizagem. Neste sentido pensamos ser dever, de nossa instituição de ensino, juntamente com professores e equipe pedagógica propiciar aos nossos educandos momentos que possam despertar neles o gosto pela leitura, o amor ao livro, a consciência da importância de se adquirir o hábito de ler.

O aluno deve perceber que a leitura é o instrumento chave para alcançar as competências necessárias a uma vida de qualidade, produtiva e com realização. Sabemos que, do hábito de leitura dependem outros elos no processo de educação. Sem ler, o aluno não sabe pesquisar, resumir, resgatar a ideia principal do texto, analisar, criticar, julgar, posicionar-se. Daí a nossa certeza de que o presente projeto contará com o apoio de todos os professores, independente da disciplina que lecionam, pois a equipe docente tem plena consciência de que o aluno deve ter o domínio sobre a língua oral e escrita, tendo em vista sua autonomia e participação social. Assim estimulando a leitura, faremos com que nossos alunos, compreendam melhor o que estão aprendendo na escola, e o que acontece no mundo em geral, entregando a eles um horizonte totalmente novo.

2. OBJETIVOS

Despertar o prazer da leitura e aguçar o potencial cognitivo e criativo do aluno; promover o desenvolvimento do vocabulário, favorecendo a estabilização de formas ortográficas; possibilitar o acesso aos diversos tipos de leitura na escola, buscando efetivar enquanto processo a leitura e a escrita. Estimular o desejo de novas leituras; possibilitar a vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação; possibilitar produções orais, escritas e em outras linguagens; proporcionar ao indivíduo através da leitura, a oportunidade de alargamento dos horizontes pessoais e culturais, garantindo a sua formação crítica e emancipadora.

3. METODOLOGIA: PLANO DE AÇÃO

Reunião com os professores, para esclarecimentos sobre o projeto e pedido de sugestões; iniciar o dia da leitura na escola, através de algumas ações de motivação sobre a importância da leitura.

O cronograma para o dia de leitura é pré-definido pela equipe pedagógica e repassado aos alunos e professores, ocorrendo semanalmente, inicialmente, sugere-se que se realize, a cada semana em um dia, para que alcance todos os professores de todas as matérias e cada um, possa buscar o viés da sua disciplina, buscando a interdisciplinaridade entre as competências, habilidades do seu conteúdo.

Inicialmente, serão trabalhados os livros de literatura do PNLD literário, inclusive, com apoio das propostas de atividades que acompanham cada exemplar (documentos anexos). Sugere-se trabalhar a leitura de dois exemplares, sendo um, a cada bimestre, primeiro e segundo bimestres.

No segundo momento, já no terceiro bimestre, os alunos serão incentivados a trazerem material do seu interesse para leitura no dia da leitura. Ao mesmo tempo, os professores poderão oferecer aos alunos, gêneros de leitura variados: poesia, piada, contos, literatura infanto-juvenil, histórias em quadrinhos, artigos informativos, textos expositivos correspondentes à sua disciplina, ou dirigir a aula de leitura a um tema específico.

No derradeiro momento, já no quarto bimestre, os alunos através do incentivo dos professores participarão de um concurso de produções com o tema: “A Importância do Ato de Ler”, da seguinte forma: 6º e 7º anos: premiação para as três melhores ilustrações descritivas e 8º e 9º anos: premiação para as três melhores produções narrativas (gêneros a definir).

Paralelamente, serão exibidos filmes relacionados às obras lidas, realizados momentos de palestras para os alunos, com profissionais capacitados, visando uma maior conscientização sobre a importância da leitura. Serão também confeccionados pelos alunos, durante as aulas de Artes ilustrações de frases para divulgar o projeto de leitura pelas dependências da Escola. Os professores de educação física desenvolverão com os alunos técnicas de alongamentos que proporcionem o relaxamento e a concentração nos momentos de leitura.

A equipe pedagógica fará o acompanhamento, avaliação e reorganização se necessário, dos trabalhos, acrescentando habilidades e competências de acordo com os anos trabalhados.

4. RECURSOS

Recursos humanos: disponibilizaremos para a realização do plano de ação a participação ativa dos alunos, da colaboração da direção e de toda a equipe pedagógica. Recursos materiais: Livros literários do PNLD, textos diversos escolhidos pelos professores e alunos, revistas, jornais, mídias para filmes, cartolina, papel sulfite, pincel atômico, etc.

5. CRONOGRAMA

O Projeto de Leitura acontecerá de março a novembro de 2022, sendo uma aula de leitura semanal, sempre intercalada para proporcionar a efetiva participação de todas as disciplinas, bem como em seus conteúdos. O concurso acontecerá no mês de novembro, durante as aulas, e os melhores trabalhos serão premiados com livros.

6. AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados conforme a participação e empenho individual. Ademais ao final de cada bimestre será proposta uma avaliação escrita sobre o conteúdo lido, essa avaliação pontuará todas as disciplinas, podendo valer até a metade do bimestre, a critério de cada professor.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. A importância do ato de ler. 41ª ed, São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, M. Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1980. GERALDI, J. W. O texto na sala de aula: prática da leitura de textos na escola. 2ª ed, Cascavel: Assoeste, 1984.

KLEIMAN, C. Oficina de Leitura. São Paulo: Martins Pontes, 9 ed.2002.

KLEIMAN, C. Texto e leitor. São Paulo: Martins Pontes, 8 ed.2002.

Projeto de Alfabetização – Recomposição de Aprendizagens

Plano de Intervenção Pedagógica

E.M. Alcina de Almeida

Município Três Rios/ RJ

Diretora: Maria Conceição Santos Melo

Supervisora Educacional: Maria Andrade Rodrigues Silva

Orientadora Pedagógica: Cristiane Ap. Narcizo Ramos

Professor responsável pela turma: Elmir Vieira Penido

1 JUSTIFICATIVA

Após sondagem do nível de escrita feita com alunos do 6º ano ao 9º ano de escolaridade, detectamos que alguns se encontram no nível pré silábico de escrita compatível com alunos de educação infantil, ou seja não estão alfabetizados. Com este quadro recomenda-se por sugestão que haja uma turma de aceleração da alfabetização. Com professor próprio para que os devidos alunos sejam alfabetizados, sanando assim esse déficit, com os conteúdos pertinentes ao ano de escolaridade em que se encontram atualmente. Destacando os componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática e suas habilidades pertinentes a alfabetização.

2 OBJETIVO GERAL

Alfabetizar alunos do 6º ano ao 9º ano de escolaridade, levando em conta a cidadania e dignidade que é acrescentada ao indivíduo que sabe ler e escrever.

3- SONDAAGEM

Avaliações comprobatórias

Com base na Psicogênese da escrita, de Emília Ferreiro.

Em anexo.

4- DESENVOLVIMENTO

- A) Exercícios de consciência fonológica (estabilidade das vogais nas palavras)
- B) Compreensão do SEA – Sistema de Escrita Alfabético-
Notação- Letra escrita: M
Conotação- Nome da letra: “eme”
Decodificação- Som da letra
- C) Unidades fonológicas
Exercícios com:
- Rimas
 - Segmentação de palavras
 - Sílabas inicial, mediana e final
 - Sílabas canônicas
 - Sílabas não canônicas

5) PERÍODO PREVISTO PARA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA:

2º semestre ano 2023

6) NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS POR TURMA:

10 a 15 alunos por turma

7) DIAS E HORÁRIOS DAS AULAS:

Dias da semana: Terça-feira e Quinta-feira

Horário: 13h10 - 14h

14h-14h50

(Podendo haver readequação quando necessário)

Projeto de Agentes de Educação Empreendedora

Agente: Paloma Panoeiro
E-mail: palomapanoeiro@yahoo.com.br



Objetivo e público-alvo

Contribuir para disseminar a **inovação** nas Instituições de Ensino Públicas da Educação Básica (ensino fundamental e médio), por meio da educação empreendedora .



Etapa inicial do Projeto



Metodologia de trabalho



Benefícios do projeto para as escolas

- Atendimento continuado e customizado;
- Visão integrada dos desafios da escola;
- Oferta de formações gratuitas para professores e estudantes;
- Conexão da escola com parceiros estratégicos;
- Monitoramento de indicadores educacionais;
- Monitoramento de editais, prêmios e concursos para a escola;
- Apoio na oferta de projetos transversais e interdisciplinares sobre educação empreendedora na grade curricular.

